

ÍNDICE

1. Ficha técnica.....	2
2. Avaliação da atuação do governo	3
3. Avaliação da situação da economia.....	6
4. Probabilidade de alguma vez votar em possíveis candidaturas presidenciais.....	9
5. Preferências orçamentais: baixar impostos, aumentar despesas sociais, baixar o déficit.	12
6. Avaliação da atuação de figuras políticas	18
7. Intenção de voto em eleições legislativas.....	23

1. Ficha técnica

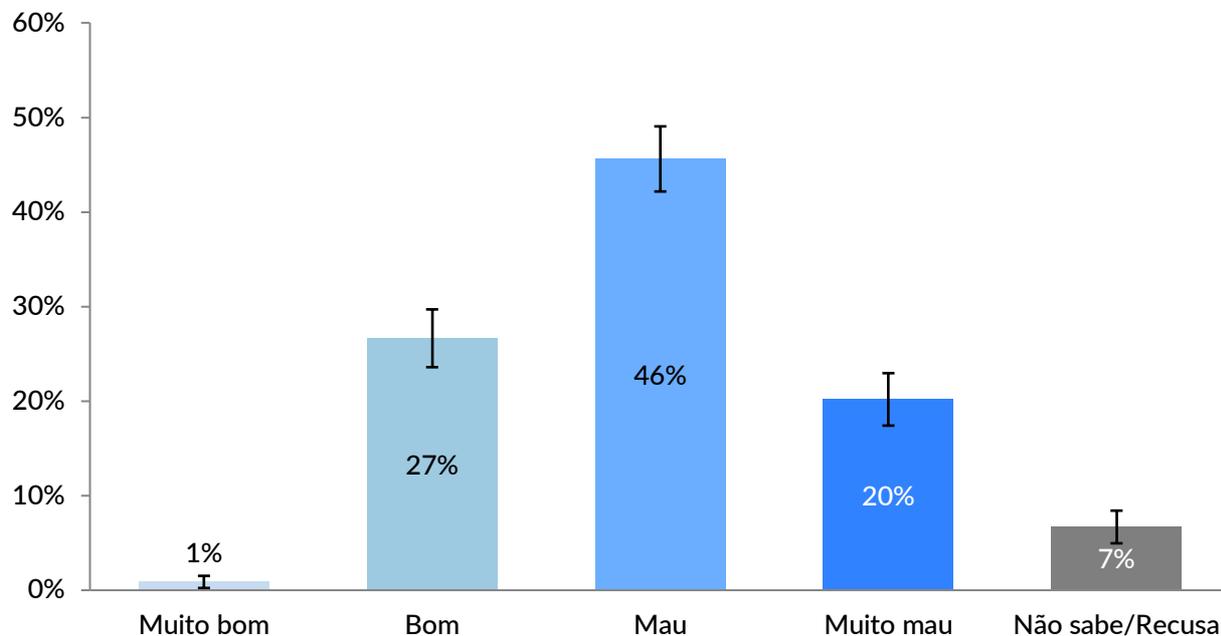
Este relatório baseia-se numa sondagem cujo trabalho de campo decorreu entre os dias 16 e 25 de setembro de 2023. Foi coordenada por uma equipa do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), tendo o trabalho de campo sido realizado pela GfK Metris. O universo da sondagem é constituído pelos indivíduos, de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 18 anos e capacidade eleitoral ativa, residentes em Portugal Continental. Os respondentes foram selecionados através do método de quotas, com base numa matriz que cruza as variáveis Sexo, Idade (4 grupos), Instrução (3 grupos), Região (5 Regiões NUTII) e Habitat/Dimensão dos agregados populacionais (5 grupos). A partir de uma matriz inicial de Região e Habitat, foram selecionados aleatoriamente 94 pontos de amostragem onde foram realizadas as entrevistas, de acordo com as quotas acima referidas.

A informação foi recolhida através de entrevista direta e pessoal na residência dos inquiridos, em sistema CAPI, e a intenção de voto em eleições legislativas recolhida recorrendo a simulação de voto em urna. Foram contactados 2926 lares elegíveis (com membros do agregado pertencentes ao universo) e obtidas 804 entrevistas válidas (taxa de resposta de 27%, taxa de cooperação de 39%). O trabalho de campo foi realizado por 41 entrevistadores, que receberam formação adequada às especificidades do estudo. Todos os resultados foram sujeitos a ponderação por pós-estratificação de acordo com a frequência de prática religiosa e a pertença a sindicatos ou associações profissionais dos cidadãos portugueses com 18 ou mais anos residentes no Continente, a partir dos dados da vaga mais recente do *European Social Survey* (Ronda 10). A margem de erro máxima associada a uma amostra aleatória simples de 804 inquiridos é de +/- 3,5%, com um nível de confiança de 95%.

Nos gráficos seguintes, todas as percentagens são arredondadas à unidade, podendo a sua soma ser diferente de 100%. Para mais informações sobre a metodologia destas sondagens, em particular sobre como interpretar as barras de erro associadas às estimativas, pós-estratificação amostral e a metodologia aplicada para lidar com “indecisos” e não-respostas em questões sobre intenção de voto, consultar o nosso [site](#).

2. Avaliação da atuação do governo

"Pensando no desempenho geral do actual governo, como avaliaria esse desempenho? Diria que o governo está a fazer um trabalho..."
% em relação ao total da amostra

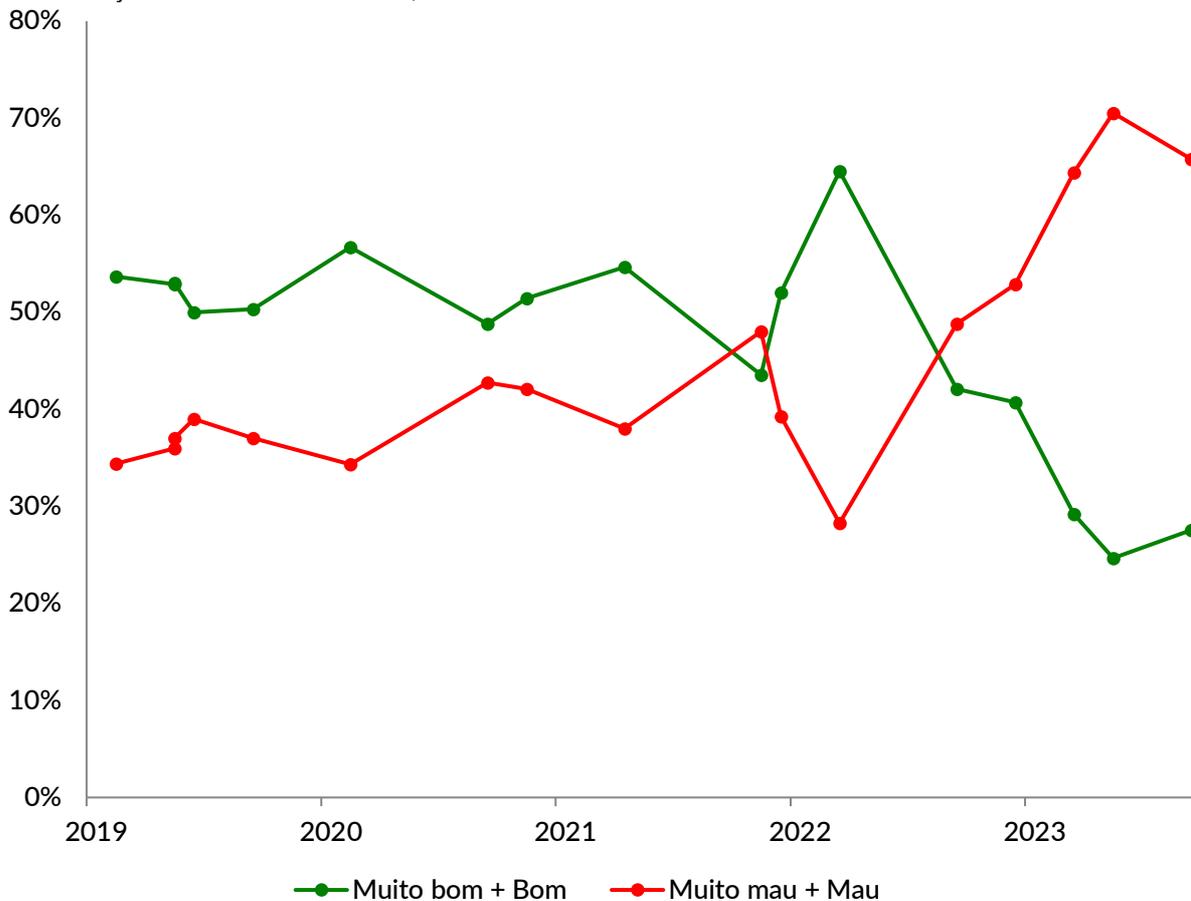


Recolha: 16 a 25 de setembro de 2023. Valores são arredondamentos à unidade.

Quase metade dos inquiridos considera que o desempenho do governo é “mau” (46%), enquanto 20% expressaram a pior avaliação possível do desempenho governativo (“muito mau”). Por outro lado, menos de um terço dos inquiridos (28%) avaliam positivamente (como “bom” ou “muito bom”) o trabalho do executivo.

Governo está a fazer um trabalho "muito bom"/"bom" vs. "muito mau"/"mau"

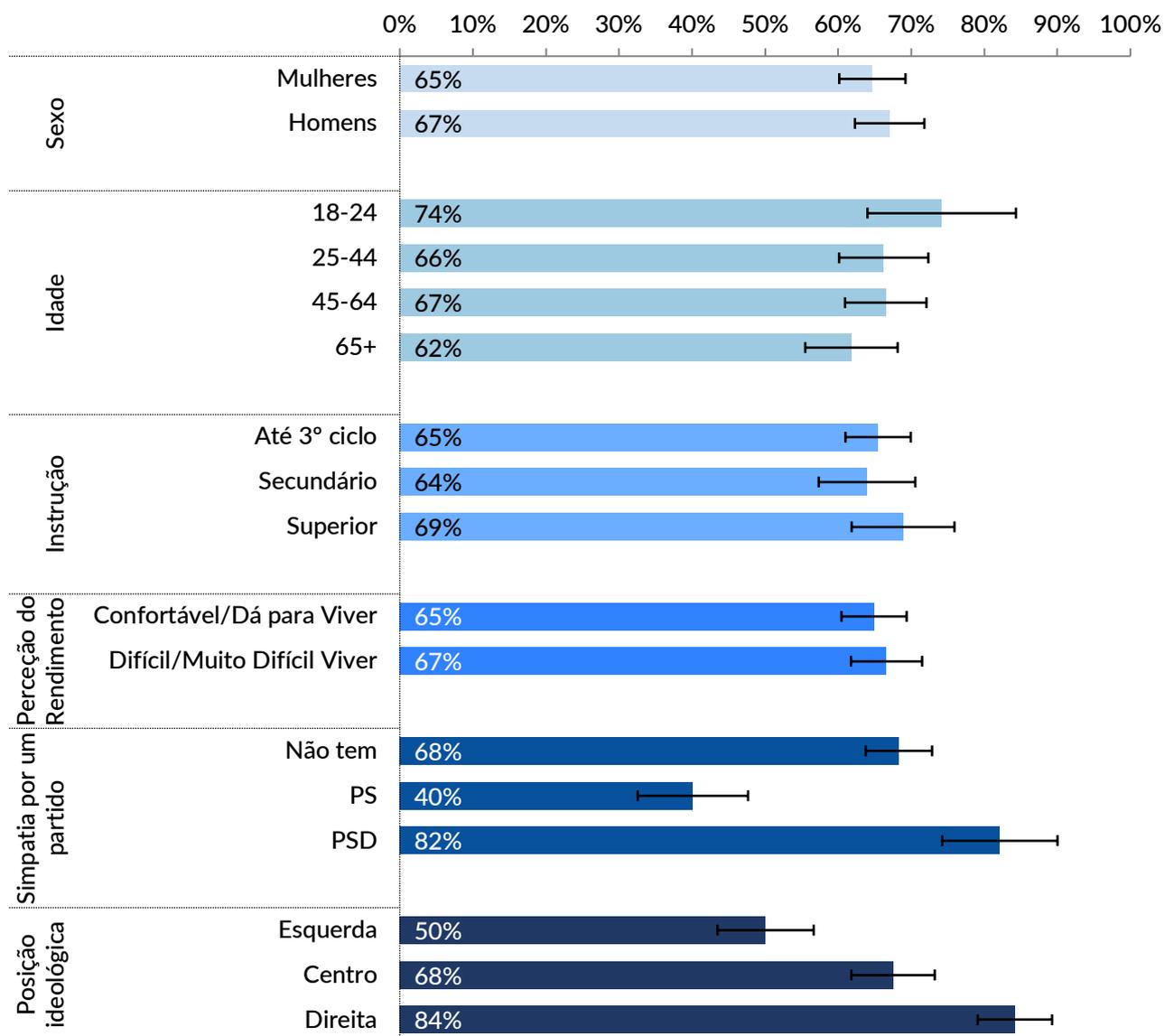
% em relação ao total das amostras; data do último dia de recolha



A proporção de inquiridos que avaliam o desempenho do atual governo de forma negativa (“mau” + “muito mau”) diminuiu desde a primavera, sendo agora 5 pontos percentuais inferior ao valor observado em maio de 2023. As avaliações negativas do trabalho do governo superam as positivas por uma margem considerável, sendo este um padrão observável desde setembro de 2022.

"Diria que o governo está a fazer um trabalho mau ou muito mau?"

% em relação ao total dos subgrupos.



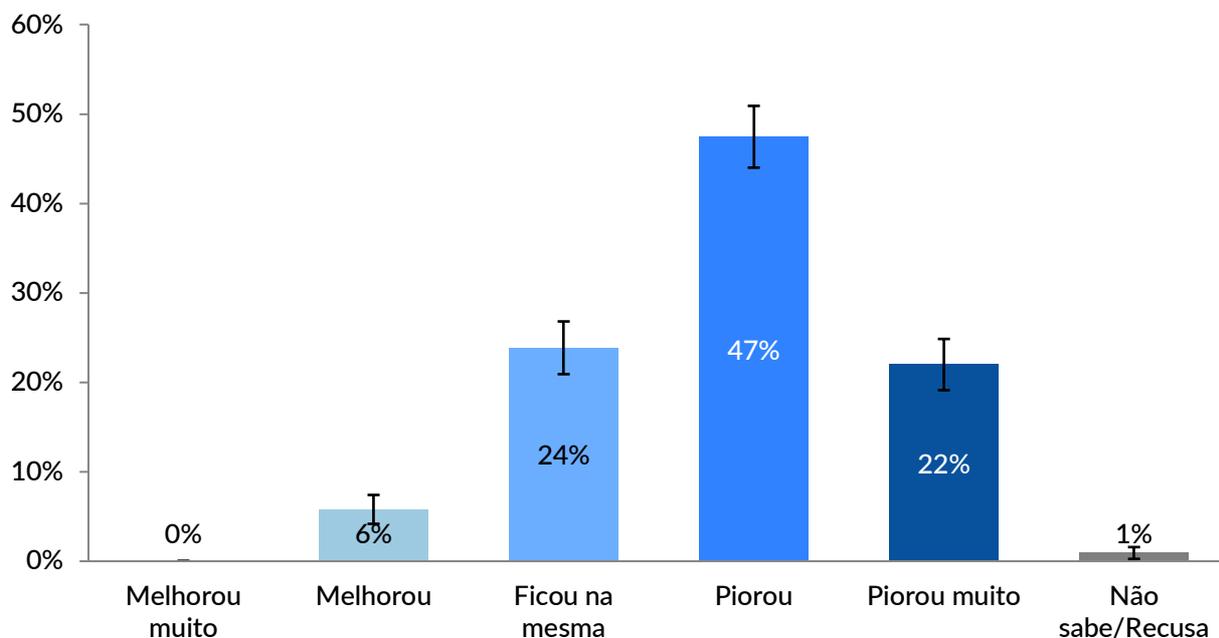
Recolha: 16 a 25 de setembro de 2023. Valores são arredondamentos à unidade

Analisando a opinião dos inquiridos por grupo sociodemográfico, os inquiridos que dizem simpatizar com o PSD (82%) e os que não simpatizam com nenhum partido (68%) são mais propensos a exprimir uma opinião negativa sobre o desempenho do governo que os simpatizantes do PS, onde a proporção de avaliações negativas é minoritária (40%). De modo similar, os inquiridos que se posicionam ao centro (68%) e à direita (84%) são mais propensos que os de esquerda (50%) a avaliar negativamente o trabalho do governo. Não há diferenças significativas na avaliação do desempenho do governo por parte de subgrupos criados com base no sexo, instrução, idade ou perceção de rendimento.

3. Avaliação da situação da economia

"Falando agora sobre a situação da economia em Portugal: no último ano, acha que a situação da economia melhorou muito, melhorou, ficou na mesma, piorou ou piorou muito?"

% em relação ao total da amostra

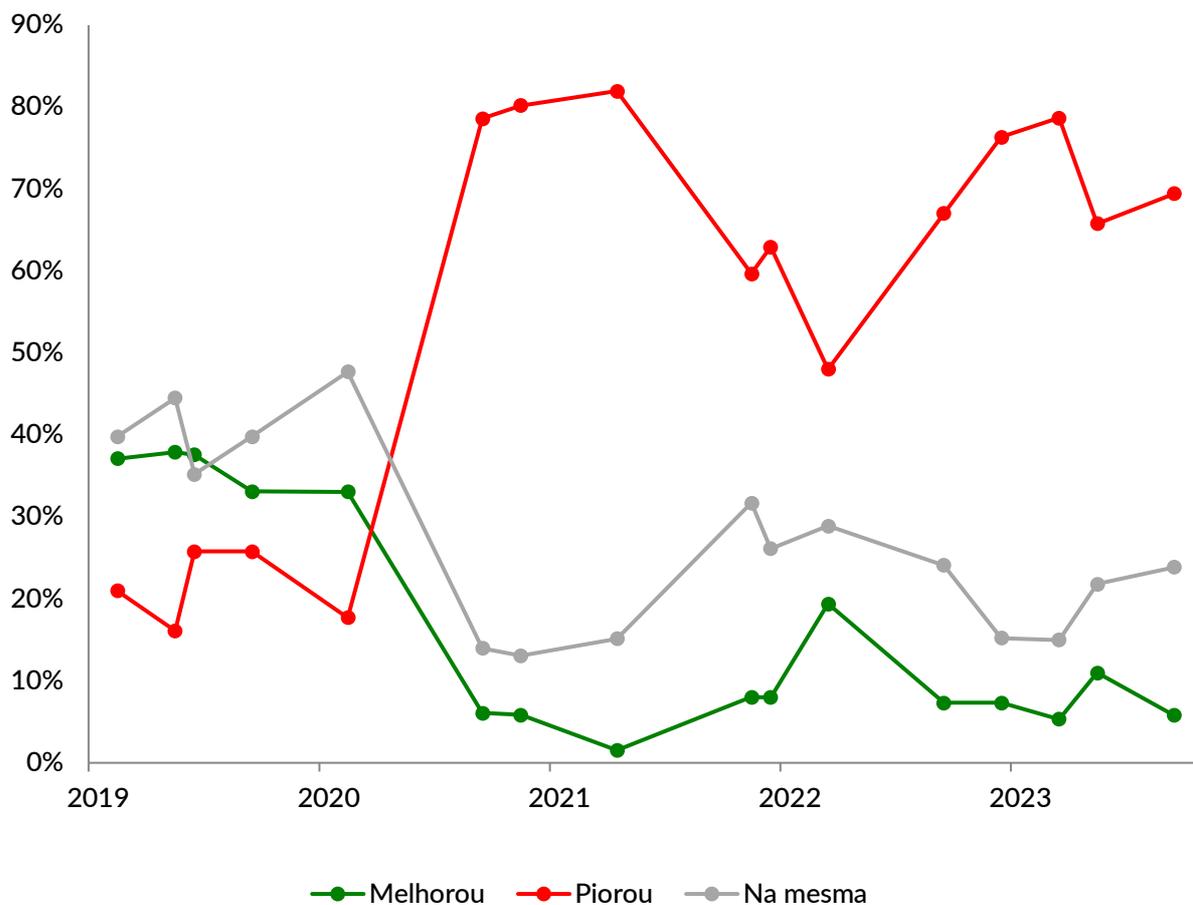


Recolha: 16 a 25 de setembro de 2023. Valores são arredondamentos à unidade.

A maioria dos inquiridos considera que, no último ano, a situação da economia portuguesa “piorou” (47%) ou “piorou muito” (22%). Para 24%, não se registaram alterações, enquanto apenas 6% consideram que a situação económica do país “melhorou”.

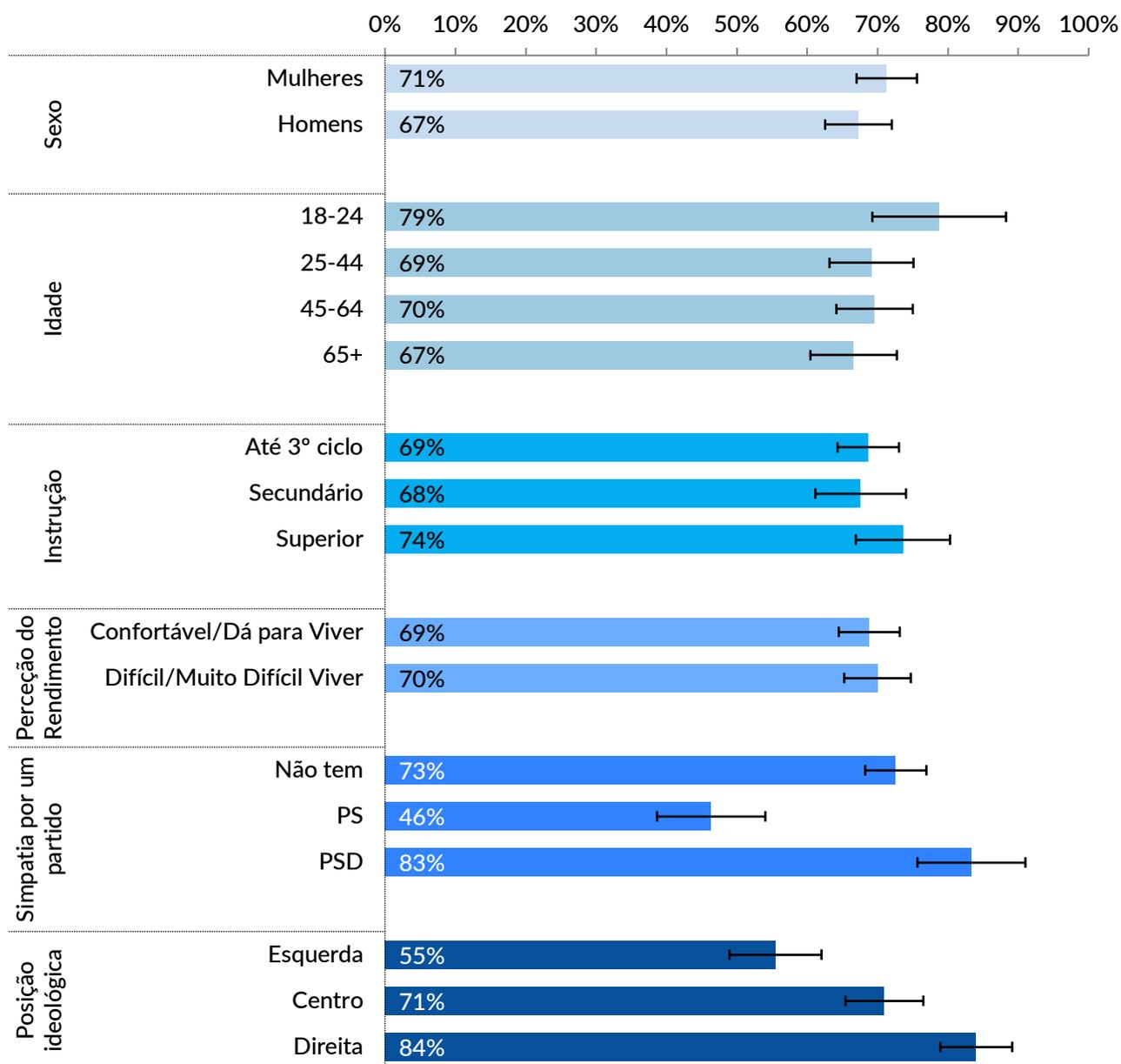
Avaliação da evolução da economia em Portugal no último ano

% em relação ao total das amostras; data do último dia de recolha.



Depois de uma ligeira melhoria entre março e maio deste ano, a avaliação da evolução da economia sofreu uma nova degradação. Houve um ligeiro aumento na proporção de inquiridos que consideram que a situação económica do país piorou (de 66% para 69%) e dos que acham que ficou na mesma (de 22% para 24%), acompanhada por um decréscimo na proporção dos que acham que a situação melhorou (de 12% para 6%).

"Falando agora sobre a situação da economia em Portugal: no último ano, acha que a situação da economia piorou ou piorou muito?"
% em relação ao total dos subgrupos.



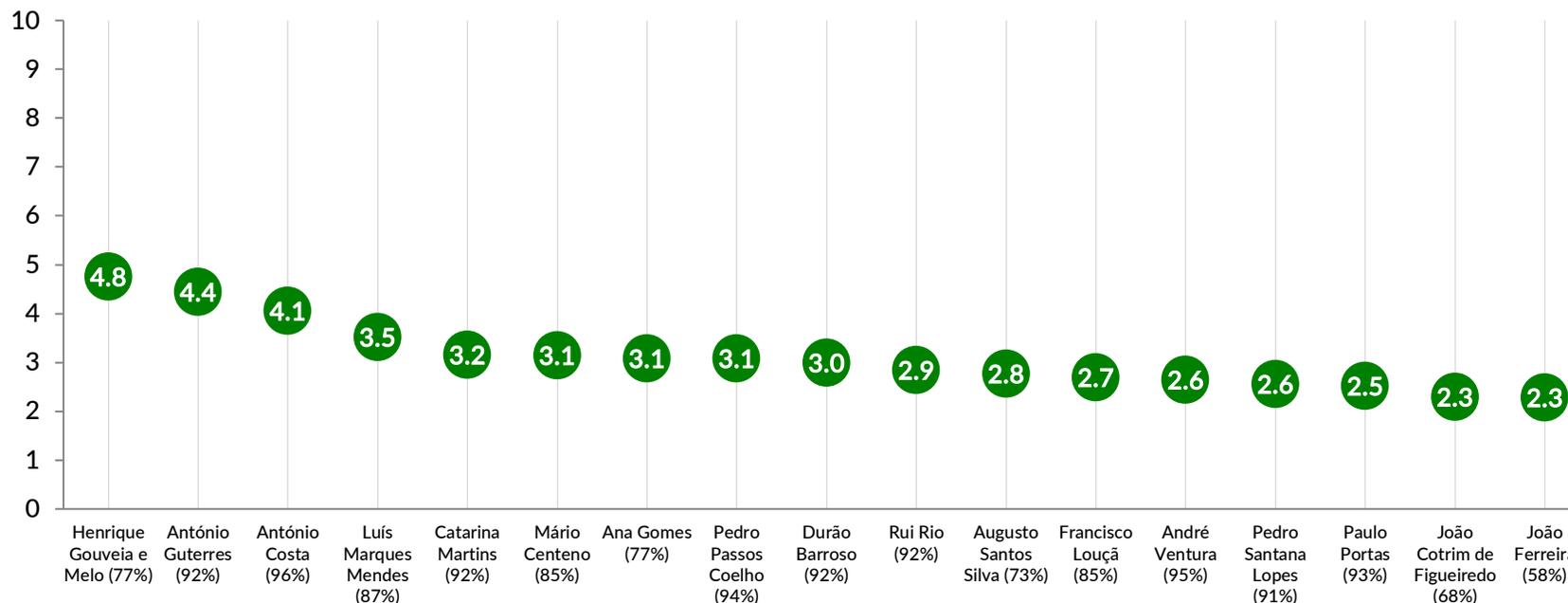
Recolha: 16 a 25 de setembro de 2023. Valores são arredondamentos à unidade

Analisando a opinião dos inquiridos por grupo sociodemográfico, verificamos que as maiores diferenças surgem novamente entre, por um lado, os simpatizantes do PS (apenas 46% têm uma opinião negativa sobre a evolução da economia) e, por outro, os simpatizantes do PSD e os que não têm nenhuma simpatia partidária, que apresentam uma visão bastante mais negativa da evolução da economia portuguesa (73% e 83% avaliam-na de forma negativa, respetivamente). Verificamos também diferenças entre os inquiridos que se posicionam à esquerda (55%) e ao centro (71%) ou à direita (84%). A tendência para avaliar negativamente a evolução da economia portuguesa é independente do sexo, idade, instrução ou percepção de rendimento dos inquiridos.

4. Probabilidade de alguma vez votar em possíveis candidaturas presidenciais

Vou-lhe ler o nome de várias pessoas e queria saber até que ponto é provável que alguma vez votasse nelas para Presidente da República. Por favor use uma escala de 0 a 10, em que 0 significa que é MUITO IMPROVÁVEL que alguma vez votasse nesta pessoa e 10 significa que é MUITO PROVÁVEL

Média das avaliações; entre parênteses, % de inquiridos que avaliam cada candidatura



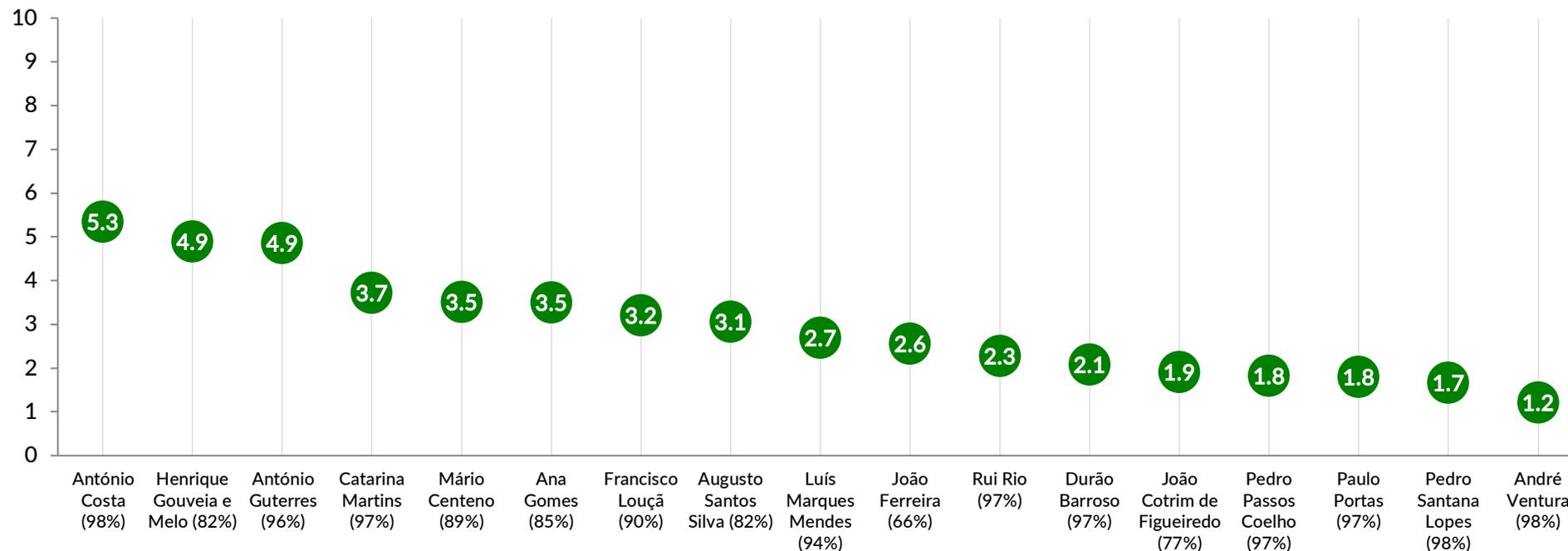
Recolha: 16 a 25 de setembro de 2023

Entre os dezassete nomes apresentados como possíveis sucessores de Marcelo Rebelo de Sousa, nenhum se situa acima do ponto médio da escala em termos da probabilidade de alguma vez virem a obter o voto dos inquiridos. Henrique Gouveia e Melo é aquele em que, em média, os inquiridos admitem ser menos improvável alguma vez virem a votar. Seguem-se António Guterres e António Costa, seguidos de Luís Marques Mendes, Catarina Martins, Mário Centeno, Ana Gomes, Pedro Passos Coelho, José Manuel Durão Barroso, Rui Rio, Augusto Santos Silva, Francisco Louçã, André Ventura, Pedro Santana Lopes, Paulo Portas, João Cotrim de Figueiredo e João Ferreira.

Inquiridos que se posicionam à esquerda

Vou-lhe ler o nome de várias pessoas e queria saber até que ponto é provável que alguma vez votasse nelas para Presidente da República. Por favor use uma escala de 0 a 10, em que 0 significa que é MUITO IMPROVÁVEL que alguma vez votasse nesta pessoa e 10 significa que é MUITO PROVÁVEL

Média das avaliações dos inquiridos de esquerda; entre parênteses, % de inquiridos que avaliam cada candidatura



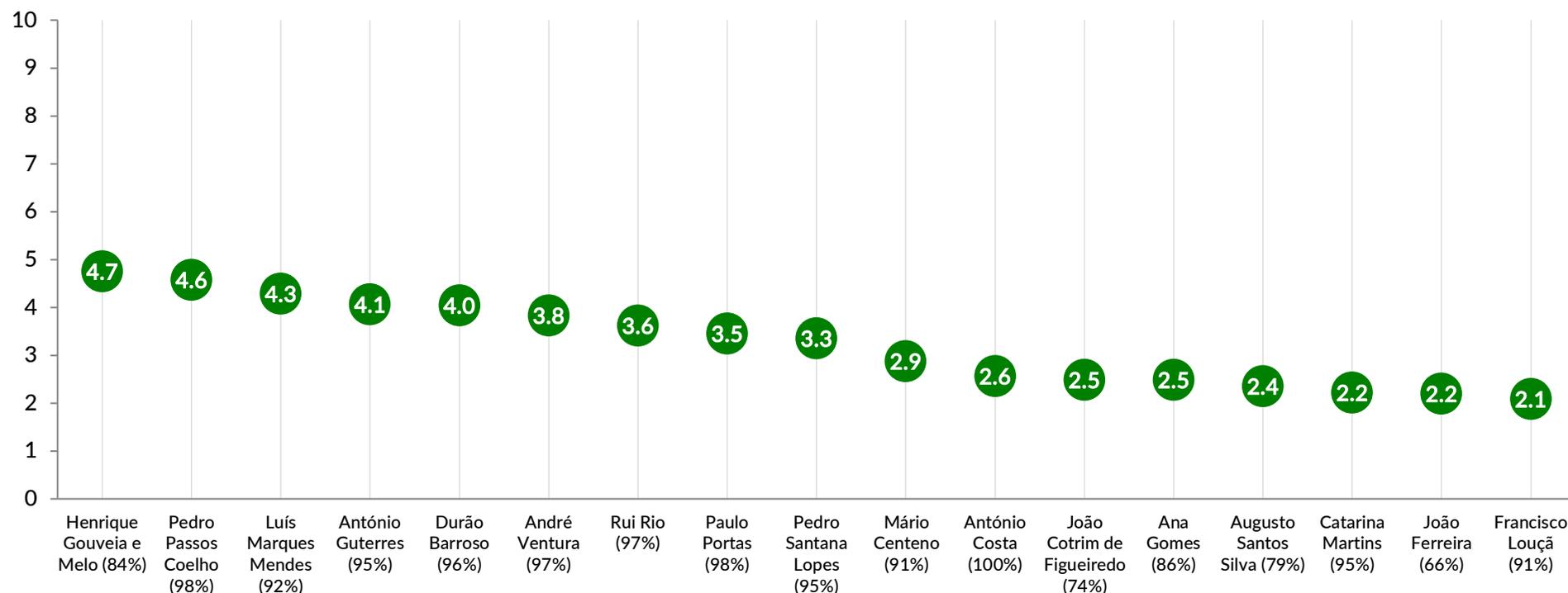
Recolha: 16 a 25 de setembro de 2023

Entre os inquiridos que se posicionam à esquerda, António Costa é o único nome que se situa acima do ponto médio da escala. Já Henrique Gouveia e Melo e António Guterres situam-se ligeiramente abaixo desse ponto. Seguem-se, a maior distância, Catarina Martins, Mário Centeno, Ana Gomes, Francisco Louçã, Augusto Santos Silva, Luís Marques Mendes, João Ferreira, Rui Rio, José Manuel Durão Barroso, João Cotrim de Figueiredo, Pedro Passos Coelho, Paulo Portas, Pedro Santana Lopes e, a maior distância, André Ventura.

Inquiridos que se posicionam à direita

Vou-lhe ler o nome de várias pessoas e queria saber até que ponto é provável que alguma vez votasse nelas para Presidente da República. Por favor use uma escala de 0 a 10, em que 0 significa que é MUITO IMPROVÁVEL que alguma vez votasse nesta pessoa e 10 significa que é MUITO PROVÁVEL

Média das avaliações dos inquiridos de direita; entre parênteses, % de inquiridos que avaliam cada candidatura



Recolha: 16 a 25 de setembro de 2023

Entre os inquiridos que se posicionam à direita, nenhum candidato se situa acima do ponto médio da escala. Henrique Gouveia e Melo é aquele em que, em média que, os inquiridos respondem ser menos improvável alguma vez virem a votar. Seguem-se Pedro Passos Coelho, Luís Marques Mendes, António Guterres, José Manuel Durão Barroso, André Ventura, Rui Rio, Paulo Portas, Pedro Santana Lopes, Mário Centeno, António Costa, Ana Gomes, João Cotrim de Figueiredo, Augusto Santos Silva, Catarina Martins, João Ferreira e Francisco Louçã.

5. Preferências orçamentais: baixar impostos, aumentar despesas sociais, baixar o défice.

Nesta sondagem, foram feitas algumas perguntas sobre preferências orçamentais:

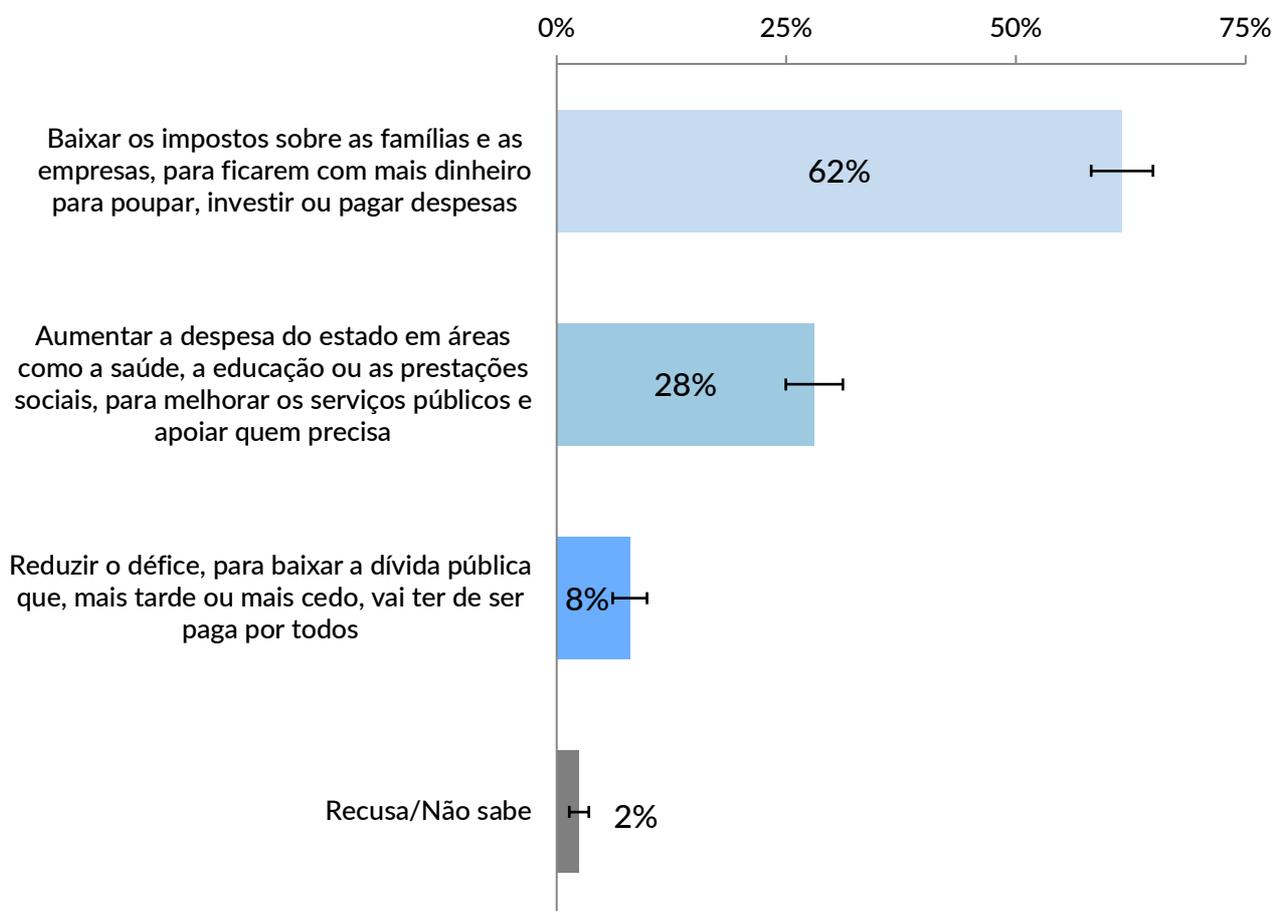
- A primeira questão colocada tinha a seguinte introdução: “Todos os anos o governo tem de tomar decisões no Orçamento de Estado: sobre quanto cobra em impostos, sobre quanto gasta em diferentes áreas e sobre o défice orçamental, que é o que o Estado gasta a mais em relação às receitas que tem. Vou ler três frases com opções para o orçamento, e gostaria de saber qual é aquela que acha mais prioritária”.
- De seguida, depois de escolherem a opção que consideravam prioritária, os inquiridos foram questionados sobre se cada um dos objetivos – baixar os impostos, baixar o défice orçamental ou aumentar as despesas sociais em áreas importantes – deveria ser atingido em detrimento dos restantes:¹
 - **“Para baixar os impostos, é a favor ou contra:**
 - Baixar a despesa do Estado com saúde, educação ou prestações sociais.
 - Permitir que o défice orçamental aumente.
 - **Para permitir que o défice orçamental baixe, é a favor ou contra:**
 - Aumentar os impostos
 - Baixar a despesa do Estado com saúde, educação ou prestações sociais.
 - **Para aumentar a despesa do Estado com saúde, educação ou prestações sociais, é favor ou contra:**
 - Permitir que o défice orçamental aumente.
 - Aumentar os impostos.”

Assim, é possível determinar como os inquiridos se posicionam em relação a cada uma das opções de política orçamental quando têm de ponderar a possibilidade de estas terem implicações negativas nas restantes.

¹ Nesta secção do questionário, adaptámos a metodologia usada pela primeira vez no estudo de J. M. Hansen (1998), “Individuals, Institutions, and Public Preferences over Public Finance”, *American Political Science Review* 92 (3), 513-531.

Que opção acha mais prioritária?

% em relação ao total da amostra



Recolha: 16 a 25 setembro de 2023

Colocados perante estas três opções de política orçamental — baixar impostos, aumentar despesas sociais ou reduzir o défice — uma maioria expressiva dos inquiridos (62%) escolheu “baixar os impostos sobre as famílias e as empresas” como a mais prioritária. Recorda-se que, no estudo anterior (maio de 2023), o nível dos impostos — a par da distribuição dos rendimentos e da riqueza — era o aspeto da vida em Portugal que gerava insatisfação entre mais inquiridos. A segunda opção mais popular foi a de “aumentar a despesa em áreas como a saúde, a educação ou as prestações sociais”, escolhida por 28% dos inquiridos. Apenas 8% escolheram “reduzir o défice, para baixar a dívida pública”.

Há uma relação estatisticamente significativa entre a prioridade escolhida e a percepção que se tem do rendimento auferido. A opção “baixar impostos” é menos escolhida por aqueles que dizem viver com dificuldade ou muita dificuldade com o rendimento atual (55%) que por aqueles que consideram que o seu rendimento dá para viver ou até mesmo viver com conforto (67%). Por sua vez, os primeiros tendem a escolher mais a opção “aumentar despesas sociais” (33%) que os últimos (25%). Ainda assim, a opção pela diminuição dos impostos é maioritária mesmo entre os que dizem viver com dificuldades:

Que opção acha mais prioritária, por percepção do rendimento atual:

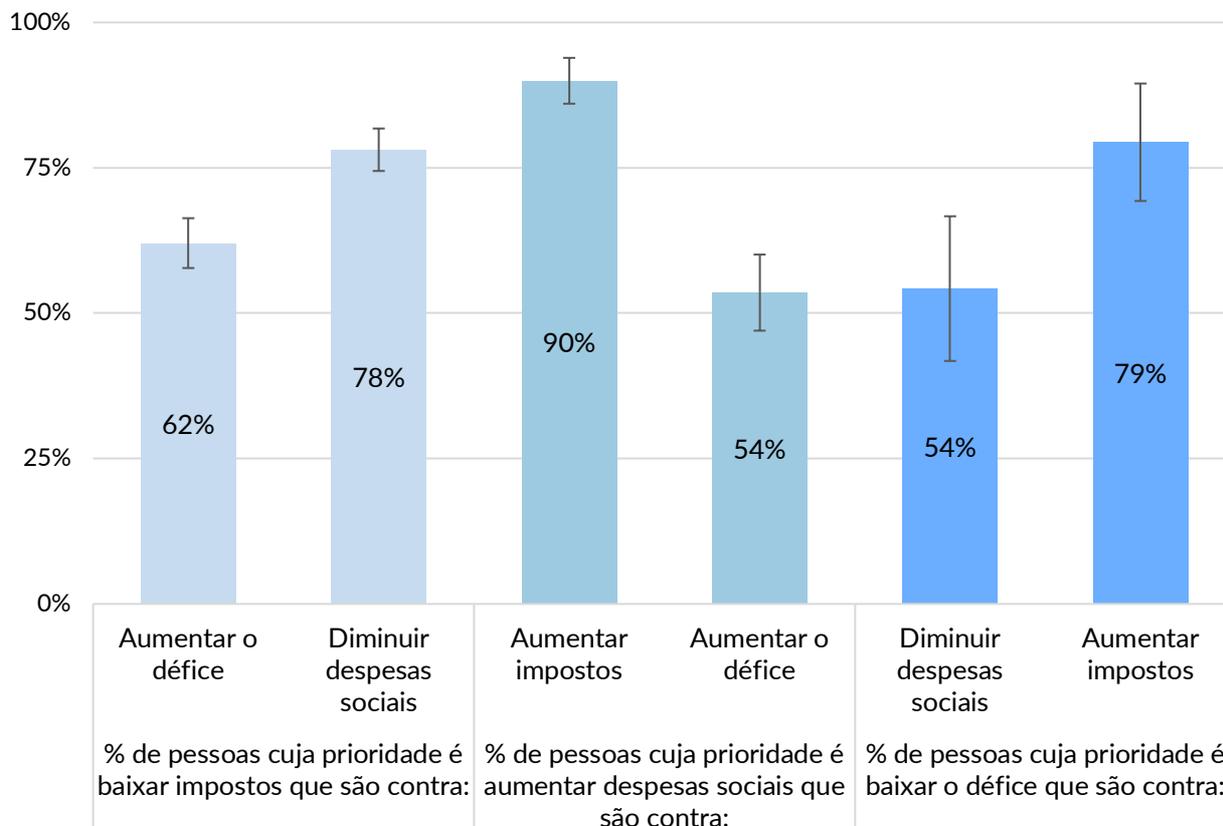
	Baixar os impostos sobre as famílias e as empresas, para ficarem com mais dinheiro para poupar, investir, ou pagar despesas	Aumentar a despesa do Estado em áreas como a saúde, a educação ou as prestações sociais, para melhorar os serviços públicos e apoiar quem precisa	Reduzir o défice, para baixar a dívida pública que, mais tarde ou mais cedo, vai ter de ser paga por todos	Não sabe/Recusa	Total
Rendimento atual permite viver com conforto/dá para viver	67%	25%	8%	0%	100%
Difícil/muito difícil viver com o rendimento atual	55%	33%	8%	4%	100%

Da mesma forma, há uma relação estatisticamente significativa com o posicionamento ideológico: aqueles que se posicionam à esquerda são menos propensos a escolher a opção de baixar impostos (54%) que os de centro ou direita (62% e 65%, respetivamente). Ainda assim, a opção por baixar impostos é maioritária mesmo entre os que se posicionam à esquerda. Por outro lado, os inquiridos que se declaram de direita são menos propensos que os restantes a optar pelo aumento das despesas (23% contra 30% e 34%). Por fim, a redução do défice é comparativamente menos popular entre os eleitores de centro (5%) que entre os de esquerda ou direita (11% e 12%, respetivamente):

Que opção acha mais prioritária, por posicionamento ideológico:

	Baixar os impostos sobre as famílias e as empresas, para ficarem com mais dinheiro para poupar, investir, ou pagar despesas	Aumentar a despesa do Estado em áreas como a saúde, a educação ou as prestações sociais, para melhorar os serviços públicos e apoiar quem precisa	Reduzir o défice, para baixar a dívida pública que, mais tarde ou mais cedo, vai ter de ser paga por todos	Não sabe/Recusa	Total
Esquerda (0-4)	54%	34%	11%	2%	100%
Centro (5)	62%	30%	5%	3%	100%
Direita (6-10)	65%	23%	12%	1%	100%

Discordância em relação a medidas para atingir cada opção escolhida
% em relação ao total que indicou cada prioridade



Quando se perguntou aos inquiridos que tinham indicado cada uma das opções na questão anterior se estavam dispostos a que essa prioridade fosse atingida em detrimento das restantes, a recusa foi maioritária:

- Entre os inquiridos que escolheram **baixar impostos** como opção prioritária, 78% opõem-se a que se diminuam as despesas sociais para se atingir esse objetivo, enquanto 62% são contra permitir-se que o déficit aumente para esse fim.
- Entre os inquiridos que escolheram **aumentar as despesas sociais** como opção prioritária, 90% recusam que se aumentem os impostos para atingir esse objetivo, ao passo de 54% opõem-se a que se permita que o déficit aumente para esse fim.
- Finalmente, entre os inquiridos que **preferiram que se diminuísse o déficit**, 79% opuseram-se a aumentos de impostos para esse fim e 54% foram contra a diminuição de despesas sociais para atingir esse objetivo.

O quadro seguinte apresenta as várias combinações possíveis de respostas a estas perguntas para a totalidade dos inquiridos:

Aumentar despesas sociais vs. baixar impostos.	Aumentar despesas sociais: a favor de aumentar impostos para aumentar despesas sociais (e contra baixar despesas para baixar impostos)	Status quo: contra baixar despesas sociais para baixar impostos mas também contra aumentar impostos para aumentar despesas sociais.	Baixar impostos: a favor de baixar despesas sociais para baixar impostos (e contra aumentar impostos para aumentar despesas sociais).	Inconsistente: a favor de baixar despesas sociais para baixar impostos mas também a favor de aumentar impostos para aumentar despesas sociais.	Não sabe/não responde	Total
	2%	74%	15%	3%	6%	100%
Baixar o défice vs. baixar impostos.	Baixar o défice: a favor de aumentar impostos para permitir baixar o défice (e contra permitir aumentar o défice para baixar impostos).	Status quo: contra permitir aumentar o défice para baixar impostos mas também contra aumentar impostos para permitir baixar o défice.	Baixar impostos: a favor de permitir aumentar o défice para baixar impostos (e contra aumentar impostos para permitir baixar o défice).	Inconsistente: a favor de permitir aumentar o défice para baixar impostos mas também a favor de aumentar impostos para permitir baixar o défice.	Não sabe/não responde	Total
	2%	58%	20%	2%	18%	100%
Aumentar despesas sociais vs. baixar o défice.	Aumentar despesas sociais: a favor de permitir aumentar o défice para aumentar despesas sociais (e contra baixar despesas sociais para permitir baixar o défice).	Status quo: contra permitir aumentar o défice para aumentar despesas sociais mas também contra baixar despesas sociais para permitir baixar o défice.	Baixar o défice: a favor de baixar despesas sociais para permitir baixar o défice (e contra permitir aumentar o défice para aumentar despesas sociais).	Inconsistente: a favor de baixar despesas sociais para permitir baixar o défice mas também a favor de permitir aumentar o défice para aumentar despesas sociais.	Não sabe/não responde	Total
	20%	51%	7%	7%	15%	100%

- Perante cenários em que uma opção de política orçamental tem efeitos negativos sobre as restantes, a **maioria dos inquiridos acaba por preferir a manutenção do status quo, ou seja, acabam por discordar de medidas que alterem a política orçamental. Assim:**
 - **74%** rejeitam aumentar impostos com o objetivo de aumentar despesas sociais mas também não querem uma redução de impostos obtida à custa de cortes nessas despesas.
 - **58%** não querem baixar o défice à custa de um aumento de impostos mas também não querem que uma baixa de impostos seja obtida à custa de um aumento do défice.
 - E **51%** não querem que se permita um aumento no défice para que sejam aumentadas as despesas sociais mas também recusam que uma redução do défice se faça à custa de cortes em despesas sociais.

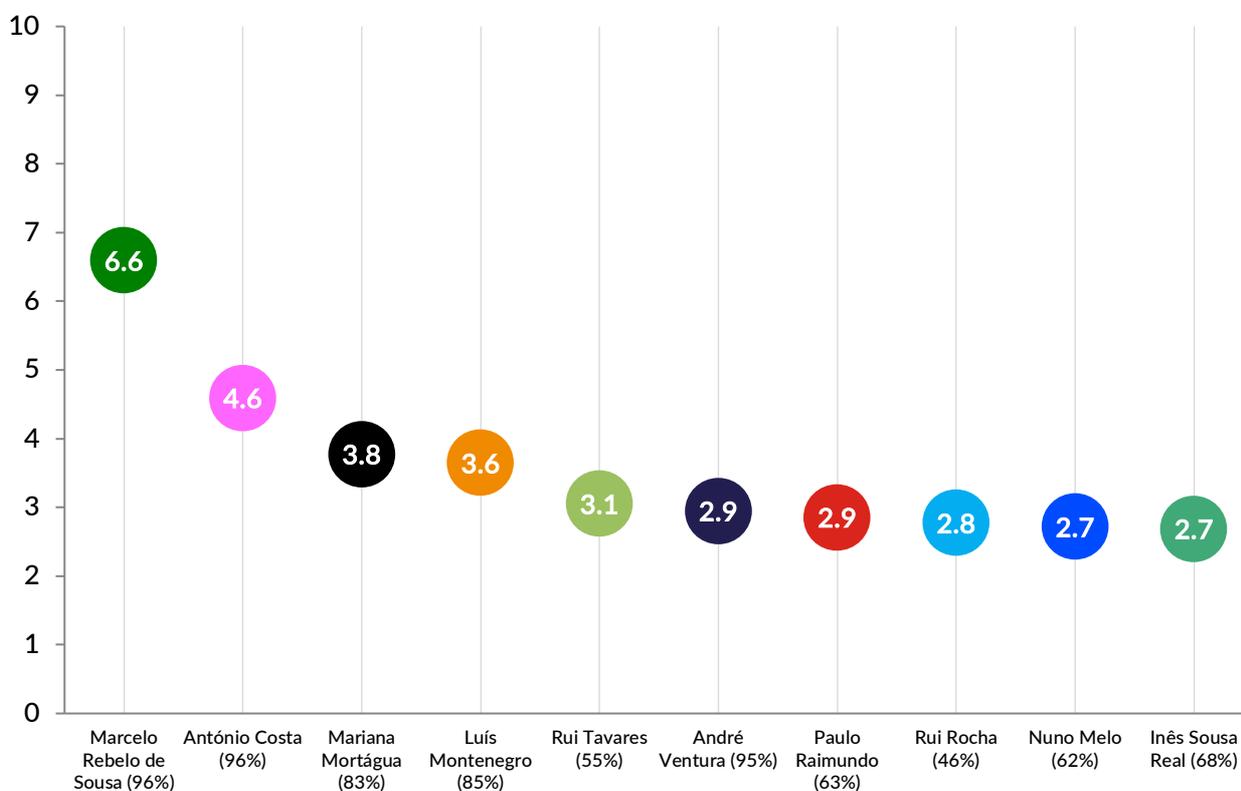
- As respostas inconsistentes foram muito raras. Por exemplo, apenas 3% dos inquiridos afirmam ser ao mesmo tempo a favor de “baixar as despesas sociais para baixar os impostos” e de “aumentar os impostos para aumentar as despesas sociais”. O mesmo sucede com a redução do défice e dos impostos (apenas 2% concordam ao mesmo tempo com “aumentar os impostos para permitir baixar o défice” e “permitir aumentar o défice para baixar os impostos”). A proporção de respostas inconsistentes aumenta ligeiramente no dilema entre aumentar despesas sociais e baixar o défice (7%) mas permanece, mesmo assim, baixa.

- Dito isto:
 - 20% dos inquiridos defendem que se baixem impostos mesmo que isso implique um aumento do défice (contra apenas 2% que defendem que se permita que o défice baixe à custa de um aumento de impostos).
 - 20% dos inquiridos defendem que se aumentem as despesas sociais mesmo que isso seja feito à custa de um aumento do défice (contra apenas 7% que defendem se baixe o défice à custa de reduzir as despesas sociais).
 - 15% dos inquiridos defendem que se baixem impostos mesmo que para isso se reduzam as despesas sociais (contra apenas 2% que defendem que se aumentem as despesas sociais mesmo que para isso se aumentem os impostos).

6. Avaliação da atuação de figuras políticas

Avaliação da actuação recente de líderes políticos, numa escala de 0 ("muito negativa") a 10 ("muito positiva")

Avaliação média dos inquiridos com respostas válidas; entre parêntesis, % de inquiridos que fazem avaliação

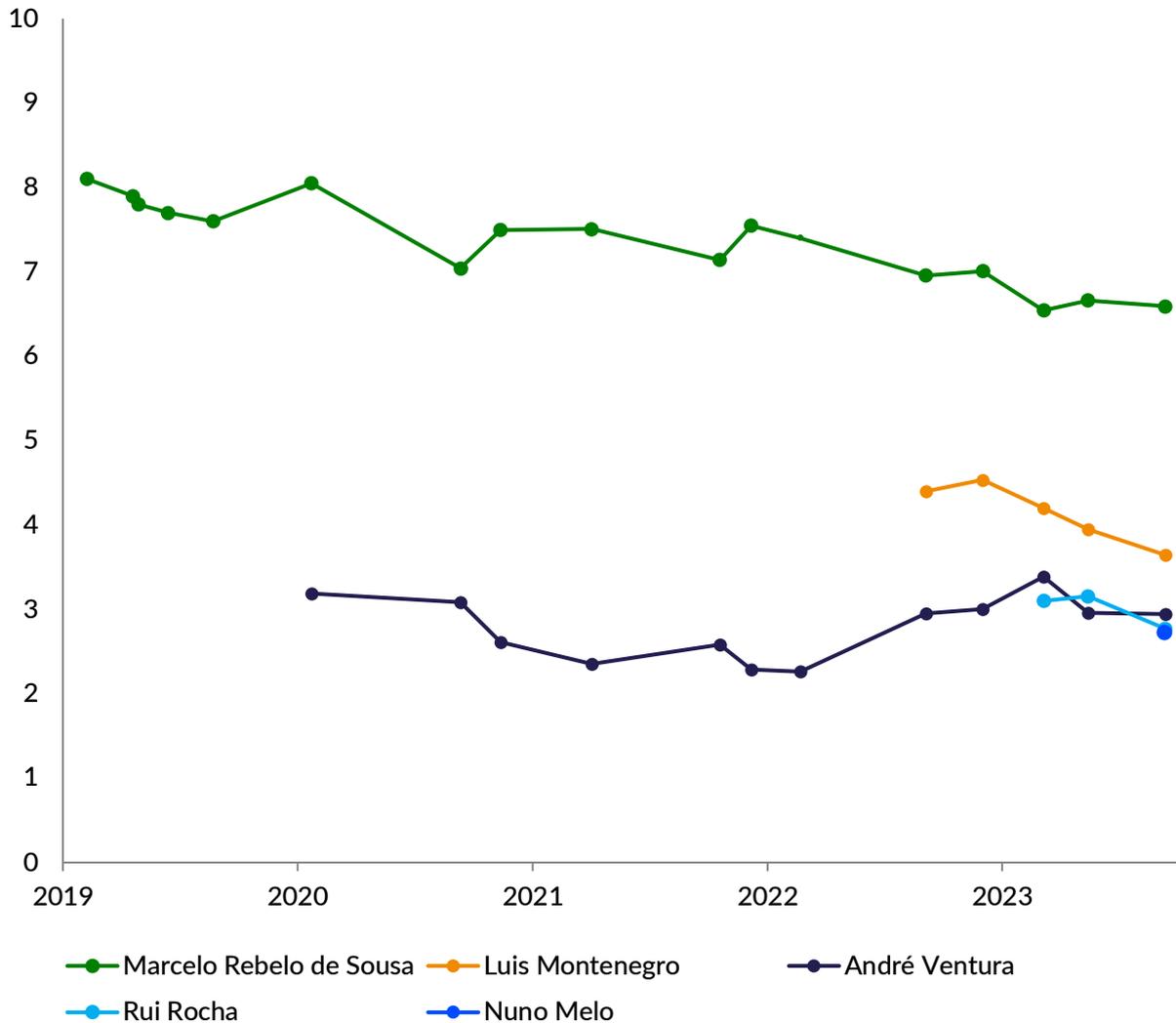


Recolha: 16 a 25 de setembro de 2023

A figura política cuja atuação continua, em média, a ser mais bem avaliada pelos inquiridos é Marcelo Rebelo de Sousa (6,6). Mais nenhuma figura política recebe nota positiva, ou seja, acima do ponto central da escala (5). Seguem-se, já com classificação inferior a esse ponto médio, António Costa, Mariana Mortágua, Luís Montenegro, Rui Tavares, André Ventura, Paulo Raimundo, Rui Rocha, Nuno Melo e Inês Sousa Real. De notar que a percentagem de inquiridos que dizem conhecer cada uma das figuras (valor que surge entre parêntesis junto ao nome), estando assim em condições de expressar uma avaliação, varia entre 46% para Rui Rocha e 96% para Marcelo Rebelo de Sousa e António Costa.

Evolução da avaliação média da actuação recente de figuras políticas de direita/centro-direita, numa escala de 0 ("muito negativa") a 10 ("muito positiva")

Avaliações médias dos inquiridos com respostas válidas



Olhando para as figuras políticas de direita e centro-direita, verifica-se uma descida na avaliação da atuação recente de Luís Montenegro face a maio de 2023. Para além disso, a avaliação da atuação de Rui Rocha também mostra uma descida face ao início do ano. Nuno Melo foi alvo desta avaliação no âmbito de uma sondagem ICS-ISCTE pela primeira vez, ficando muito próximo da avaliação de Rui Rocha.

Evolução da avaliação média da actuação recente de figuras de esquerda/centro-esquerda, numa escala de 0 ("muito negativa") a 10 ("muito positiva")

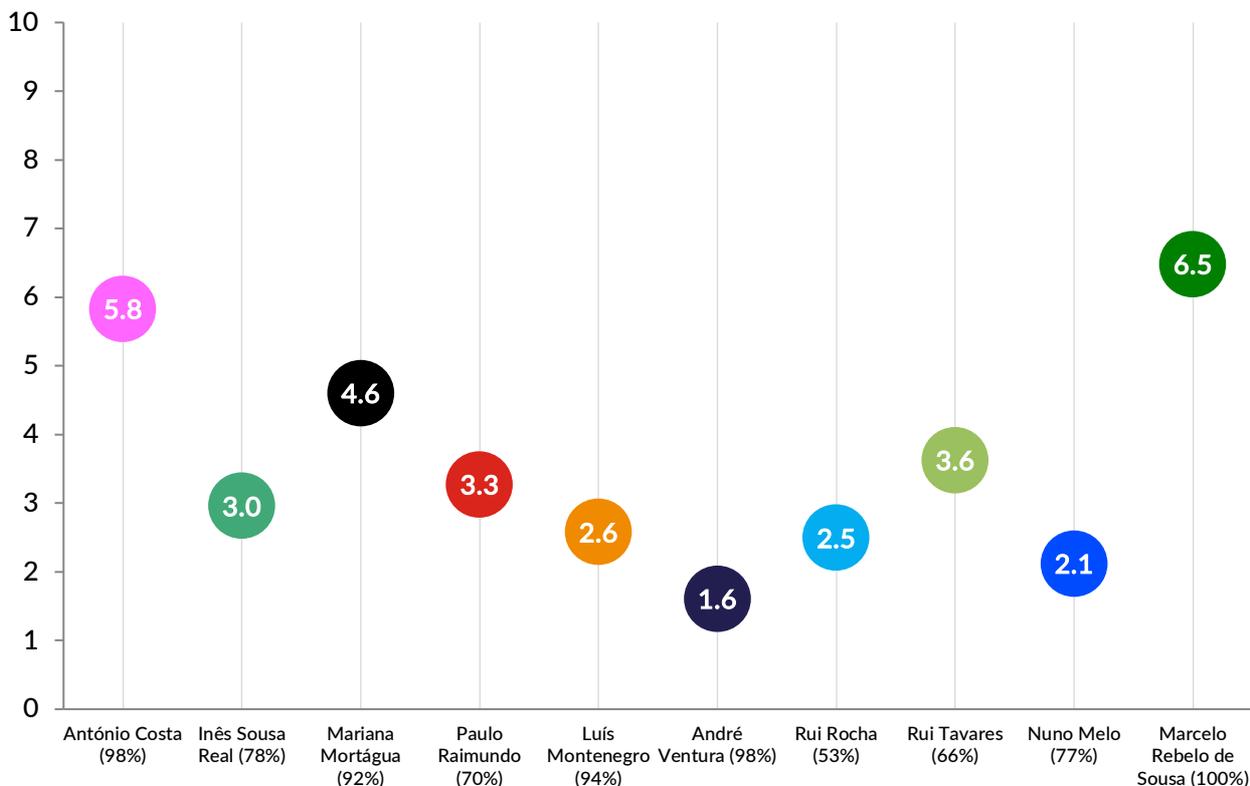
Avaliações médias dos inquiridos com respostas válidas



Em relação às figuras políticas de esquerda e centro-esquerda, verifica-se uma descida em todas as avaliações da sua actuação recente face ao estudo anterior, de maio de 2023. Mariana Mortágua foi alvo desta avaliação numa sondagem ICS-ISCTE pela primeira vez, obtendo um valor médio (3,8) ligeiramente inferior ao de Catarina Martins em maio passado (4,1).

Avaliação da actuação recente de figuras políticas, numa escala de 0 ("muito negativa") a 10 ("muito positiva")

Avaliação média dos **inquiridos com um posicionamento ideológico à esquerda** do espectro político; entre parêntesis, % de inquiridos que fazem avaliação

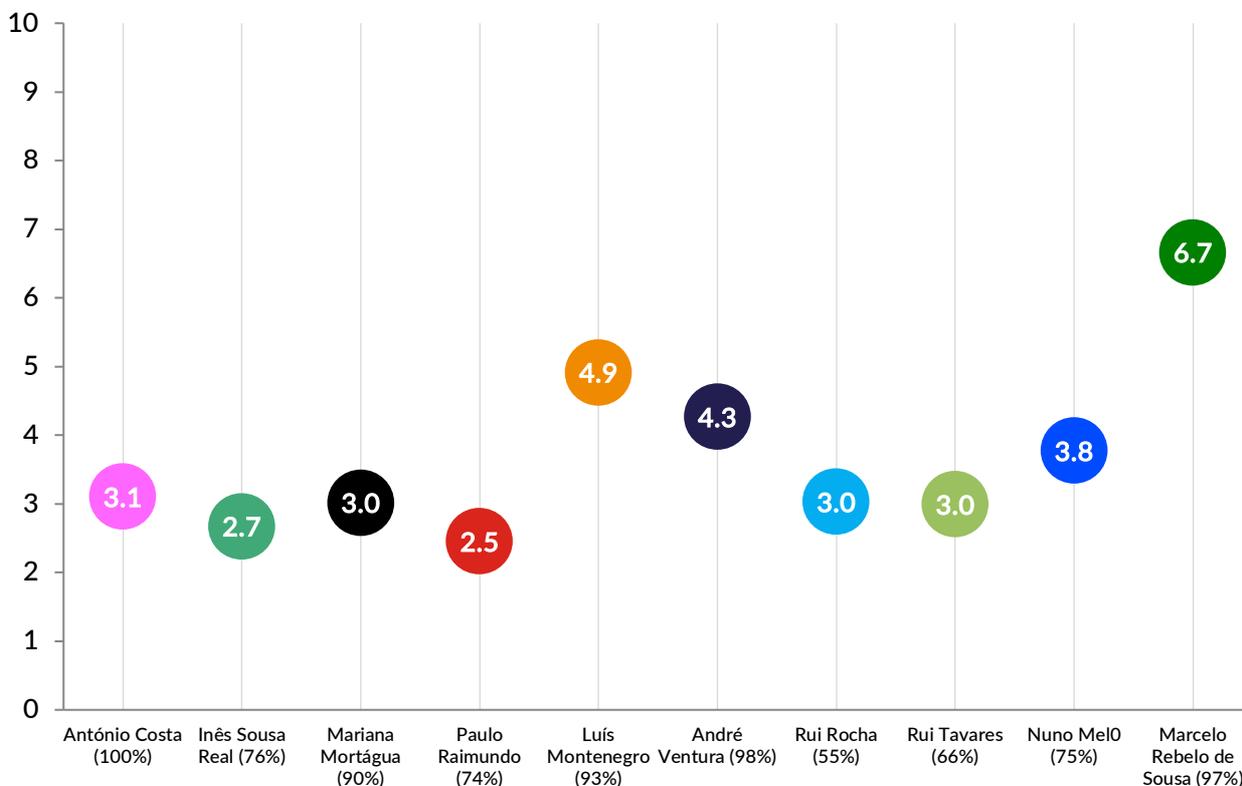


Recolha: 16 a 25 de setembro de 2023

Marcelo Rebelo de Sousa continua a ser a figura política mais bem avaliada junto dos inquiridos que se posicionam à esquerda. António Costa é o líder partidário mais bem avaliado, acima do ponto central da escala, seguido, já com avaliações abaixo desse ponto, por Mariana Mortágua, Rui Tavares, Paulo Raimundo e Inês Sousa Real. As restantes figuras partidárias, de centro-direita e direita, merecem avaliações mais baixas, entre 2,6 (Luís Montenegro) e 1,6 (André Ventura).

Avaliação da actuação recente de líderes políticos, numa escala de 0 ("muito negativa") a 10 ("muito positiva")

Avaliação média dos inquiridos com um posicionamento ideológico à direita do espectro político; entre parêntesis, % de inquiridos que fazem avaliação



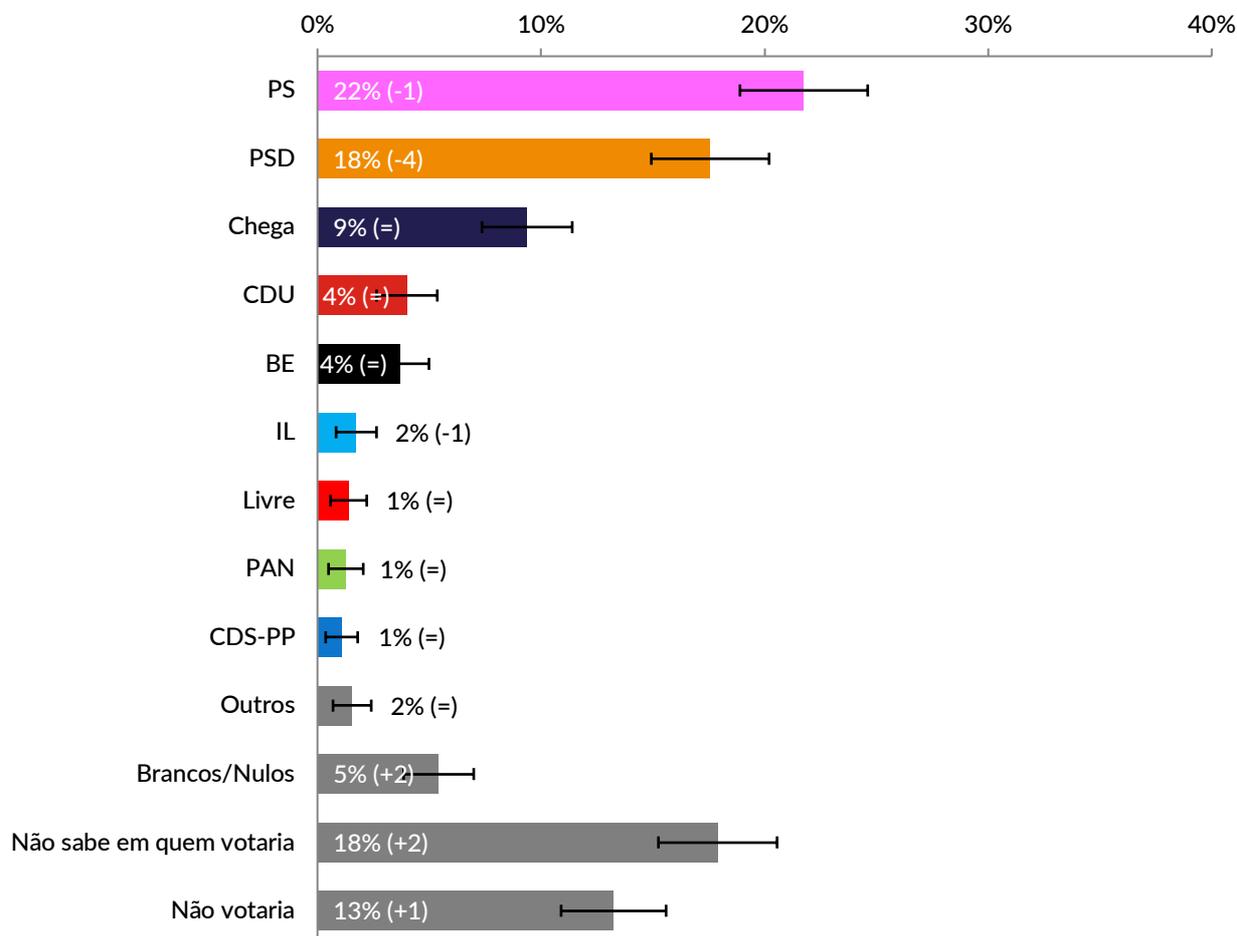
Recolha: 16 a 25 de setembro de 2023

Entre os inquiridos que se posicionam à direita, Marcelo Rebelo de Sousa continua igualmente a ser a figura política mais bem avaliada, obtendo uma avaliação similar à identificada junto dos inquiridos que se posicionam à esquerda, e sendo a única figura avaliada positivamente (acima de 5) neste grupo. O líder partidário que recebe a avaliação menos negativa é Luís Montenegro, seguido por André Ventura e Nuno Melo. As demais figuras partidárias recebem, entre os inquiridos que se posicionam à direita, recebem pontuações iguais ou inferiores a 3.

7. Intenção de voto em eleições legislativas

Como votaria se houvesse hoje eleições legislativas?

% em relação ao total da amostra

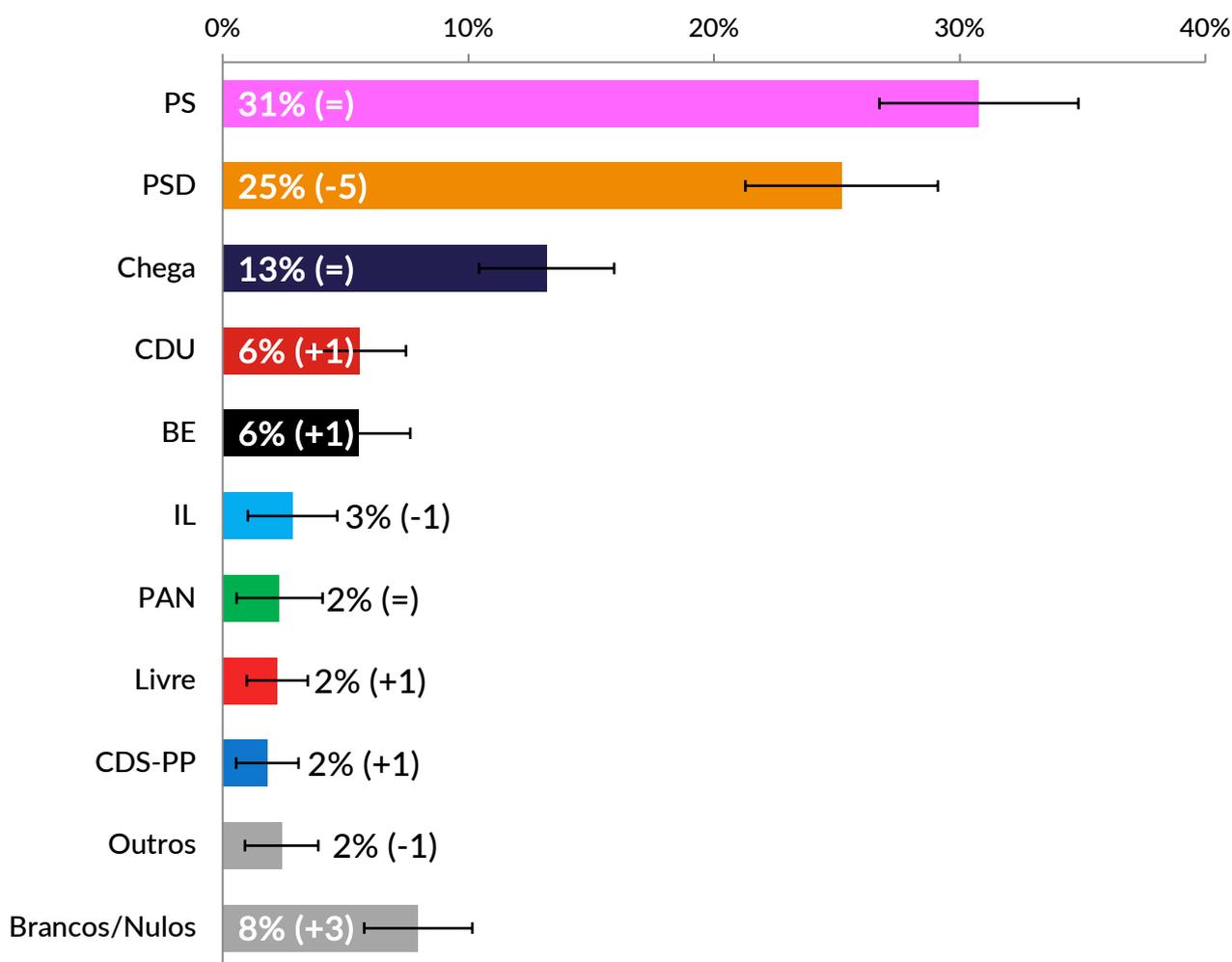


Recolha: 16 a 25 de setembro de 2023. Valores são arredondamentos à unidade.

Questionados sobre “como votariam se as eleições legislativas fossem hoje”, cerca de 18% dos inquiridos afirmam não saber. Outros 13% são inquiridos que afirmam que não votariam. Importa notar que este valor de 13% não é diretamente comparável a possíveis valores oficiais de abstenção eleitoral: os abstencionistas têm menor propensão a responder a estudos de opinião, a intenção de não votar tende a não ser plenamente assumida e a abstenção oficial é superior à abstenção “real” (devido ao fenómeno da chamada “abstenção técnica”). Neste gráfico, são apenas destacados os partidos com uma intenção direta de voto igual ou superior a 1%. Para além dos partidos listados no gráfico, houve também inquiridos que declararam intenções de voto, em valores inferiores, nos seguintes partidos: Ergue-te!, Nós, Cidadãos!, PCTP/MRPP, Aliança; e PTP. Os valores apresentados no gráfico são muito similares e estatisticamente indistintos dos identificados no estudo anterior, realizado em maio deste ano, com duas exceções: um aumento significativo dos que usaram os boletins de voto para votar nulo ou em branco e uma diminuição das intenções de voto no PSD.

Como votaria se houvesse hoje eleições legislativas?

% em relação ao total de intenções de voto válidas



Recolha: 16 a 25 de setembro de 2023. Valores são arredondamentos à unidade.

Para fins de comparação das intenções de voto obtidas com o formato convencional da distribuição de votos num ato eleitoral, foi preciso lidar com os cerca de 18% de inquiridos que declararam não saber em quem votariam. A opção seguida foi a de utilizar uma metodologia de imputação. Simplificando, isso implica atribuir aos “indecisos” uma intenção de voto em cada partido, branco/nulo ou uma intenção de não votar, com base numa comparação entre algumas das suas características (sexo, idade, instrução, simpatia partidária, sindicalização, prática religiosa e posicionamento ideológico) e as características daqueles que declararam uma intenção de voto ou de abstenção no inquérito. Após a atribuição de intenções de comportamento eleitoral aos “indecisos”, as percentagens de intenção de voto são de 31% para o PS e 25% para o PSD. Segue-se o Chega, com 13%, e, mais abaixo, a CDU e o BE (ambos com 6%), a Iniciativa Liberal (3%), o PAN, o Livre e o CDS-PP (2%). Os valores apresentados no gráfico são estatisticamente indistintos dos identificados no estudo anterior, realizado em maio deste ano, com duas exceções: um aumento dos que usaram os boletins de voto para votar nulo ou em branco e uma diminuição das intenções de voto no PSD. É fundamental considerar que o trabalho de campo foi conduzido fora de um contexto eleitoral, não podendo por isso estas estimativas serem interpretadas como expressão de intenções de voto plenamente cristalizadas, e menos ainda como previsões de um qualquer futuro resultado eleitoral.